

Antônio de Pádua Ribeiro

# Reflexões Jurídicas

*Palestras, Artigos & Discursos*

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

## Encerramento dos Trabalhos do STJ em 1998

Senhores Ministros, é com grande satisfação que, neste ensejo, dirijo-me aos eminentes Colegas para, em primeiro lugar, expressar a todos o meu reconhecimento pelo irrestrito apoio a mim conferido e pelo trabalho denodado e eficiente que vem sendo desenvolvido por este Tribunal em prol da Justiça brasileira, razão de estarmos, já neste fim de ano, concluindo os trabalhos com perspectivas alvissareiras, apesar de todos os percalços para o próximo ano.

Não há negar que foram meses de lutas renhidas, combates ingentes, todavia, fazendo uma retrospectiva, constato que há, realmente, um saldo positivo de realizações a par de gratificantes vitórias, conforme se infere do breve relato a seguir.

Visando emprestar modernidade ao Tribunal e agilizar o fluxo das atividades, com o alvo maior de oferecer uma prestação jurisdicional mais célere e acessível a todos os cidadãos, implantei, no início da gestão, a nova estrutura organizacional, cujo ponto relevante foi a transformação de funções, de modo que cada Ministro dispusesse de um terceiro assessor e de um gabinete mais amplo para atender aos serviços que, a cada ano, vêm sendo significativamente aumentados.

A importância de tudo isso traduz-se em um elevado número de feitos julgados, em que pese às lacunas deixadas na composição em virtude da aposentadoria dos nobres Ministros Américo Luz, José Dantas, Adhemar Maciel e Anselmo

Santiago, bem como do afastamento do Ministro William Patterson, por motivo de saúde. Segundo as estatísticas, o Tribunal julgou, dos 91.620 processos distribuídos, 84.921, remanescendo apenas 6.699, ou seja, 7,31% do total recebido, e proferiu 100.498 julgamentos, aí incluídos os embargos de declaração e os agravos regimentais. Estes são os dados oficiais resumidos: foram recebidos 95.443 processos; autuados 98.991; registrados, os originários, 3.510; distribuídos 91.620. Foram realizadas 425 sessões; proferidos 100.498 julgamentos; publicados 46.858 acórdãos; apreciadas 97 suspensões de segurança; proferidas, em recursos extraordinários, 4.831 decisões. Despachos do Ministro Presidente junto à Secretaria Judiciária: 2.309; despachos diversos proferidos pelo Ministro Vice-Presidente: 3.843; e processos com vista ao Ministério Público: 6.475. Dos 91.620 processos distribuídos no citado período, 84.921 foram julgados. Remanescem no Tribunal, desde a sua criação, 47.488 processos, sendo 40.789 de anos anteriores e 6.699 deste. Mas esse é um aspecto positivo. Desde a criação do Tribunal, a média de processos remanescentes é mais ou menos de 10% do total recebido, ou seja, o trabalho do Tribunal relativo a um semestre. Isso é importante. É um número grande, mas significa o seu trabalho em apenas um semestre. Por isso, pelo contexto do funcionamento da Justiça no Brasil, esta Corte, sob o aspecto global do exercício das suas atribuições, não pode ser acusada de morosa e ineficiente.

A média dos processos distribuídos e julgados, incluindo os agravos regimentais e de declaração, por Relator, foi de 3.270,97 processos e 3.587,93, respectivamente. Essa média é superior à do ano passado. Isso é muito significativo, considerando as dificuldades para julgar, em razão do número expressivo de aposentadorias, as quais, todavia, não impediram que os Colegas se superassem e aumentassem a própria média. No total de processos, verifica-se que os julgamentos montaram a cerca de 100.498, realmente um número muito grande.

Sempre na busca da melhoria dos serviços prestados à sociedade, o Tribunal promoveu a implementação e o aperfeiçoamento das diversas unidades, dando especial atenção às que funcionam como suporte da sua missão precípua.

Sem deslustrar a capacidade e o dinamismo das demais áreas - isso será abordado depois em detalhes; apenas estou fazendo uma exposição bem sucinta -, gostaria, neste momento, de destacar os avanços na área da Informática, realmente consideráveis, que ocorreram a partir de novembro.

O Diário da Justiça está sendo editado por meios eletrônicos, isto é, em vez de se encaminharem documentos à Imprensa Nacional, remetem-se impulsos eletrônicos pela Internet, procedimento que trouxe grande economia de recurso e tempo: cerca de um milhão de folhas de papel a cada dois dias deixaram de ser utilizadas; além do mais, o sistema está disponível constantemente, a partir das 8h da manhã, na tela do computador.

Foi instalado, há alguns dias, em solenidade na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de São Paulo, o Sistema *STJ/Push*, mediante o qual o usuário, no Brasil e no exterior, poderá acompanhar as fases do processo do seu interesse, bastando cadastrar o seu *e-mail* no *site* desta Corte de Justiça. A iniciativa não só vem facilitar o árduo mister dos advogados, mas também alargar os canais de comunicação com os jurisdicionados, a quem se destina a atividade-fim do Superior Tribunal de Justiça, para não dizer da economia em termo de *custo-Brasil*, que é altamente significativa. Muitos servidores que atendiam às partes deixaram de fazê-lo e foram deslocados para outras funções do Tribunal. Os advogados, atualmente, não precisam mais entrar no nosso sistema, porque nós vamos até os seus computadores e neles colocamos os dados acerca do andamento dos processos do interesse deles.

Outro passo rumo à modernização é o incremento da base de imagens, que, em fevereiro de 1999, estará disponibilizando, para consulta e impressão, cerca de 1.400.000 páginas de acórdãos, contendo o inteiro teor dos julgados. Significativo avanço obteve-se quanto ao acesso das informações já oferecidas pela Internet. A partir do ano que vem, em qualquer parte do Brasil ou do mundo, todos poderão ter acesso à íntegra dos nossos julgados, que serão impressos nos equipamentos acoplados aos computadores. Mercê da nova conexão dos nossos computadores à rede mundial - essa também é uma notícia muito atual -, tal acesso tornou-se cerca de dez vezes mais ágil, proporcionando aos usuários respostas instantâneas às consultas. A velocidade de funcionamento do sistema foi multiplicada por dez. Isso, também, implica consulta quase instantânea.

Merece realce, de igual modo, o louvável trabalho da Comissão de Jurisprudência, por iniciativa do Ministro Eduardo Ribeiro, que prontamente acolheu: a instituição do periódico semanal *Informativo de Jurisprudência do STJ*, já inserido na Internet, ora no terceiro número, publicação oficiosa que registra as últimas notícias sobre a nossa jurisprudência, embasadas em recentes decisões ainda não publicadas, colhidas, durante a semana, nas sessões de julgamentos. Realmente, foi também uma grande colaboração que recebemos e que entendo ser extremamente importante para a divulgação dos nossos julgados.

Acrescento às vitórias alcançadas uma que reputo auspiciosa: foi sancionada a lei que agiliza o processo nos Tribunais Superiores, prevendo a figura do recurso especial retido e outras medidas voltadas para a desburocratização dos feitos no âmbito deste Tribunal, visando à redução do número de processos que chegam a esta Corte, o que também constitui um significativo passo em direção ao aprimoramento da função judicante. Foi uma vitória importante, porquanto essa lei - em um ano eleitoral, um ano em que o Congresso Nacional teve naturais dificuldades de funcionamento - foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, sendo encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Repú-

blica, que, de imediato, sancionou-a. Creio que essa medida legislativa vai colaborar para diminuir o número de processos neste Tribunal. Paralelamente, tenho entrado em entendimento com a própria Administração, visando evitar a interposição de recursos nos casos em que haja pacífica jurisprudência da Corte sobre a controvérsia, e isso tem trazido resultado significativo. O INSS deixou de interpor muitos recursos protelatórios; a prova está em que a Terceira Seção, que recebia mais processos, hoje está recebendo menos do que a Primeira Seção, e continuaremos nessas gestões, objetivando evitar o congestionamento excessivo de processos.

Lembro, ainda, que este Tribunal não descuro das suas responsabilidades quanto à Justiça Federal. A propósito, teve a iniciativa, juntamente com outros Tribunais, da propositura de projeto de lei, aprovado pelo Congresso Nacional, que resultou na Lei nº 9.655, deste ano, que regulamentou a remuneração dos Juízes Federais, concedendo-lhes o pagamento de abono salarial a partir de janeiro deste ano. Essa lei está com a sua implementação suspensa em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal. Seja como for, o Tribunal e o Conselho da Justiça Federal não fugiram às suas responsabilidades com relação à Justiça Federal de todo o País.

Sempre na busca da melhoria dos serviços prestados, queremos dizer que assim continuaremos a agir e, neste ensejo, neste final de ano, cabe-me agradecer a colaboração de todos, que tem sido realmente fundamental para que tudo isso acontecesse.

Reitero os meus agradecimentos aos ilustres Colegas, ao tempo em que lhes desejo, e aos dignos familiares, um Feliz Natal e um Ano-Novo marcado de múltiplas realizações.

Registro, ainda, meu reconhecimento à Subprocuradora-Geral da República e aos senhores advogados pelo profícuo trabalho efetuado em nosso meio, augurando-lhes um Feliz Natal e venturoso Ano-Novo. Aos senhores servidores, cujo trabalho tem sido imprescindível ao êxito da nossa missão, a minha especial gratidão.

\* Discurso proferido em 18 de dezembro de 1998, por ocasião do encerramento dos Trabalhos do STJ. Sala de Sessões da Corte Especial.